

ATA DA 150ª SESSÃO ORDINÁRIA DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Aos sete dias do mês de dezembro de dois mil e vinte (07.12.2020), às quatorze horas (14h), por meio de videoconferência através do sistema Cisco/Webex, reuniu-se o Colégio de Procuradores de Justiça para a sua 150ª Sessão Ordinária, sob a presidência da Dra. Maria Cotinha Bezerra Pereira, Procuradora-Geral de Justiça. Registrou-se a ausência justificada do Dr. Ricardo Vicente da Silva, em licença-saúde. Constatou-se ainda a presença *online* da Dra. Jacqueline Orofino da Silva Zago de Oliveira, Presidente em exercício da Associação Tocantinense do Ministério Público – ATMP. Verificada a existência de *quorum*, a Presidente declarou aberta a sessão, dando conhecimento da **pauta**, que consistiu em: 1) Apreciação de atas; 2) Autos SEI nº 19.30.1072.0000382-2019-37 – Proposta de alteração do Regimento Interno do MPTO – Adequação conforme Resolução CNMP nº 171/2017 (interessada: Diretoria-Geral; relatoria: Comissão de Assuntos Institucionais); 3) Autos SEI nº 19.30.1072.0000522/2020-37 – Minuta de regulamentação do Sistema de Pesquisa e Análise Integrada do Ministério Público do Estado do Tocantins, denominado “Sistema Horus” (interessada: Procuradoria-Geral de Justiça; relatoria: CAI); 4) Autos SEI nº 19.30.8000.0000296/2020-92 (Autos CPJ nº 032/2019) – Proposta de regulamentação da prestação dos serviços de extração de cópias reprográficas, emissão de certidões, atestados e perícias realizadas pelos Centros de Apoio Operacional do Ministério Público do Estado do Tocantins (interessado: Fundo de Modernização e Aperfeiçoamento Funcional – FUMP; decisão da Procuradora-Geral de Justiça); 5) Regulamentação da eleição de Diretor-Geral do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – Escola Superior do Ministério Público; 6) Ato PGJ nº 122/2020 – Dispõe sobre a denominação da sala de aula multifuncional do CESA-ESMP (interessada: Procuradoria-Geral de Justiça); 7) Requerimento – Realização da Sessão Solene de Posse de Procurador-Geral de Justiça por videoconferência (requerente: Dr. Luciano Cesar Casaroti); 8) E-Doc nº 07010371650202019 – Necessidade de fixação de data para a realização da eleição de Procurador-Geral de Justiça e revisão das normas cerimoniais relativas às posses a cargos dos Órgãos Superiores (interessado: Conselho Superior do Ministério Público); 9) Relatórios de Inspeção das Procuradorias de Justiça

(interessada: Corregedoria-Geral do Ministério Público); 10) Relatório do Projeto Auxiliar de Tutela Coletiva – 1º e 2º semestres de 2020 (interessada: Corregedoria-Geral do Ministério Público); 11) Relatório de Atividades da Corregedoria-Geral no ano de 2020 (interessada: Corregedoria-Geral do Ministério Público); 12) E-Docs nºs. 07010370253202021 e 07010371348202061 – Memórias da 8ª e 9ª Reuniões da Força-Tarefa Ambiental (interessado: Dr. Francisco José Pinheiro Brandes Júnior); 13) E-Doc nº 07010368747202044 – Comunica a instauração de inquérito civil público visando o cumprimento de etapas do plano de metas estabelecido pela Força-Tarefa Ambiental (interessado: Dr. Décio Gueirado Júnior); 14) Informações atualizadas do Gabinete de Gerenciamento de Crise do MPE/TO; 15) Ofícios de comunicação de instauração, andamento e conclusão de Procedimentos Investigatórios Criminais: 15.1) E-Doc nº 07010370232202012 – Comunica a instauração de PIC (interessada: Procuradora-Geral de Justiça); 15.2) E-Docs nºs. 07010367757202062, 07010371749202011 e 07010371751202091 – Comunicam a instauração de PIC's (interessada: Dra. Maria Juliana Naves Dias do Carmo); 15.3) E-Docs nºs. 07010368714202011 e 07010368946202052 – Comunicam a instauração de PIC's (interessado: Dr. Daniel José Oliveira de Almeida); 15.4) MEMO's nºs. 053 e 056/2020- GAECO/MPTO – Comunicam a instauração de PIC's (interessado: GAECO); 15.5) MEMO nº 054/2020-GAECO/MPTO – Comunica a remessa de PIC à 5ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional (interessado: GAECO); 15.6) MEMO nº 055/2020-GAECO/MPTO – Comunica a remessa de PIC à Divisão Especializada de Repressão à Corrupção – DECOR, da Polícia Civil (interessado: GAECO); 15.7) E-Docs nºs. 07010367651202069, 07010371873202086 e 07010371905202043 – Comunicam a prorrogação de PIC's (interessado: Dr. Francisco José Pinheiro Brandes Júnior); 15.8) E-Docs nºs. 07010368950202011 e 07010369025202015 – Comunicam a prorrogação de PIC's (interessada: Dra. Sterlande Castro Ferreira Rodrigues); 15.9) E-Doc nº 07010367715202021 – Comunica a prorrogação de PIC (interessada: Dra. Cristina Seuser); 15.10) E-Doc nº 07010369365202038 – Comunica a prorrogação de PIC (interessado: Dr. Gustavo Schult Júnior); 15.11) E-Doc nº 07010371627202024 – Comunica a prorrogação de PIC (Dr. Adailton Saraiva Silva); 15.12) E-Doc nº 07010370687202021 – Comunica o arquivamento de Notícia de Fato Criminal

(interessado: Dr. Adailton Saraiva Silva); 15.13) E-Doc nº 07010368407202013 – Comunica o arquivamento de Notícia de Fato Criminal (interessado: GAECO); 15.14) MEMO nº 058/2020 e Ofício nº 205/2020-GAECO/MPTO – Comunicam o arquivamento de PIC's (interessado: GAECO); 15.15) E-Doc nº 07010369135202079 – Comunica o arquivamento de PIC (interessado: Subprocurador-Geral de Justiça); e 16) Outros assuntos. De início, colocou-se em apreciação as **Atas da 149ª Sessão Ordinária e das 136ª, 137ª, 138ª e 139ª Sessões Extraordinárias**, que restaram aprovadas à unanimidade. Na sequência, passou-se à apreciação de feitos constantes da ordem do dia, a saber: 1) **Autos SEI nº 19.30.1072.0000382-2019-37**. Assunto: Proposta de alteração do Regimento Interno do MPTO – Adequação conforme Resolução CNMP nº 171/2017. Interessada: Diretoria-Geral. Parecer da CAI: *“(..). Em discussão sobre o texto da minuta, previamente encaminhada a todos, os membros da CAI consideraram pertinente e adequada a versão aprovada na CAA, propondo apenas alterações pontuais, e, por unanimidade, deliberaram pela aprovação da redação em anexo”*. Votação: parecer acolhido e minuta de resolução aprovada por maioria; o Dr. João Rodrigues Filho, por sua vez, votou contra as alterações propostas, por entender que é muito “poder” a um departamento específico. 2) **Autos SEI nº 19.30.1072.0000522/2020-37**. Assunto: Minuta de regulamentação do Sistema de Pesquisa e Análise Integrada do Ministério Público do Estado do Tocantins, denominado “*Sistema Horus*”. Interessada: Procuradoria-Geral de Justiça. Parecer da CAI: *“(..). A matéria retornou à CAI em razão da análise anterior ter sido realizada em versão de minuta que já havia passado por atualização pelo NIS. Em discussão sobre o texto da minuta, previamente encaminhada a todos, os membros da CAI consideraram pertinente e adequada a proposta, mas promoveram algumas alterações, com adequações destinadas a garantir um maior controle e a utilização do sistema apenas para fins institucionais, e, por unanimidade, deliberaram pela aprovação da redação em anexo, com as alterações sugeridas no artigo 4º, caput, da proposição, nos seguintes termos: ‘Art. 4º. O acesso ao Sistema Horus deverá ser utilizado somente em atividades estritamente relacionadas às atribuições institucionais, **no interesse da atuação e mediante o prévio registro do procedimento extrajudicial ou judicial vinculado à atribuição do órgão ministerial consulente**’*. Votação: parecer acolhido e minuta

de ato aprovada à unanimidade. 3) **Autos SEI nº 19.30.8000.0000296/2020-92 (Autos CPJ nº 032/2019)**. Assunto: Proposta de regulamentação da prestação dos serviços de extração de cópias reprográficas, emissão de certidões, atestados e perícias realizadas pelos Centros de Apoio Operacional do Ministério Público do Estado do Tocantins. Interessado: Fundo de Modernização e Aperfeiçoamento Funcional – FUMP. Despacho da Procuradora-Geral de Justiça: “(...) o *Plenário do CNMP, ainda no ano de 2013, em decisão exarada no Procedimento de Controle Administrativo no 1.271/2011-43, entendeu como indevida a exigência de taxa para o fornecimento de certidões nas hipóteses do art. 5º, inc. XXXIV, “b”, da CF (...).* Por oportuno, insta consignar que no Ministério Público da União, dos Estados de Minas Gerais, Maranhão e no próprio Poder Judiciário do Estado do Tocantins a emissão de certidão em consulta aos registros ocorre de forma gratuita. Sendo assim, com a devida vênia à deliberação do Colégio de Procuradores, procedo a devolução da matéria ao referido Órgão Colegiado para que à luz do posicionamento exposto pelo Conselho Nacional do Ministério Público e do Supremo Tribunal Federal reexamine a deliberação no sentido de regulamentar a cobrança dos serviços de extração de cópias reprográficas, emissão de certidões, atestados e perícias realizadas pelos CAOP’s”. Deliberação: à unanimidade, pelo retorno dos autos à Comissão de Assuntos Administrativos. Em seguida, passou-se à **regulamentação da eleição de Diretor-Geral do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – Escola Superior do Ministério Público**, tendo em vista o término do mandato da Dra. Ana Paula Reigota Ferreira Catini no dia 11/02/2021. Após breve debate, deliberou-se à unanimidade pela realização do pleito no dia 18/12/2020, às 9h, definindo-se o período de inscrições de 15 a 17/12/2020. Dando prosseguimento, referendou-se à unanimidade, com elogios à iniciativa da Procuradora-Geral de Justiça e da Diretora-Geral do CESAF-ESMP, o **Ato PGJ nº 122/2020**, que denominou “**Espaço Pedagógico José Kasuo Otsuka**” a sala de aula multifuncional do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – Escola Superior do Ministério Público. Ato contínuo, apresentou-se, para conhecimento, o **E-Doc nº 07010372227202036**, em que o Dr. Luciano Cesar Casaroti, Procurador-Geral de Justiça eleito e nomeado, solicita que a Sessão Solene de Posse ao cargo de Procurador-Geral de Justiça, prevista para o dia 14/12/2020, ocorra apenas por

meio de videoconferência, “a fim de resguardar a todos e evitar inúmeros deslocamentos ao Estado do Tocantins neste momento em que a situação pandêmica sinaliza para a permanência dos cuidados e observância das medidas preventivas”. Logo após, deliberou-se pela remessa, à Comissão de Assuntos Administrativos, do **E-Doc nº 07010371650202019**, em que o Conselho Superior do Ministério Público suscita a necessidade de fixação de data para a realização da eleição de Procurador-Geral de Justiça e a revisão das normas cerimoniais relativas às posses a cargos dos Órgãos Superiores. Com a palavra, o Corregedor-Geral do Ministério Público, Dr. Marco Antonio Alves Bezerra, teceu considerações e apresentou, para conhecimento, os **Relatórios de Inspeção das Procuradorias de Justiça**, o **Relatório do Projeto Auxiliar de Tutela Coletiva – 1º e 2º semestres de 2020**, e o **Relatório de Atividades da Corregedoria-Geral no ano de 2020**. Na sequência, apresentou-se, também para conhecimento, (1) os **E-Docs nºs. 07010370253202021** e **07010371348202061**, em que o Dr. Francisco José Pinheiro Brandes Júnior encaminha Memórias da 8ª e 9ª Reuniões da Força-Tarefa Ambiental; e (2) o **E-Doc nº 07010368747202044**, em que o Dr. Décio Gueirado Júnior comunica a instauração de inquérito civil público visando o cumprimento de etapas do plano de metas estabelecido pela Força-Tarefa Ambiental. Logo após, a Presidente, na condição de Coordenadora do **Gabinete de Gerenciamento de Crise do MPE/TO**, informou que: 1) o gabinete se reuniu, no dia 02/12/2020, a fim de discutir sobre as medidas internas de enfrentamento da Covid-19, tendo em vista o aumento no número de casos confirmados no Estado e, também, na Instituição; 2) na ocasião, ficou deliberado que serão reforçadas as ações de prevenção, incluindo a campanha informativa e as medidas administrativas de sanitização das instalações do MPTO; 3) o Gabinete de Crise continuará atuando sob a coordenação do próximo Procurador-Geral de Justiça, Dr. Luciano César Casaroti. Por fim, apresentou-se, para conhecimento, **Ofícios de comunicação de instauração, andamento e conclusão de Procedimentos Investigatórios Criminais – PIC's**, nos termos constantes da ordem do dia. Encerrados os itens da pauta, passou-se à discussão de outros assuntos. Primeiramente, deliberou-se pela remessa, à Comissão de Assuntos Institucionais, dos **Autos SEI nº 19.30.1072.0000844/2020-73**, que tratam de **Minuta de Ato PGJ**, formulada pelo Promotor de Justiça Fábio Vasconcellos

Lang, que “*Dispõe sobre a criação do Grupo de Trabalho Psiu, para a prevenção e o combate à poluição sonora e perturbação do sossego, no âmbito do Ministério Público do Estado do Tocantins*”. Ato contínuo, a Presidente informou que foram elaboradas minutas visando (1) a instituição do **Comitê de Segurança Cibernética no âmbito do MPTO** e (2) dispor sobre o **tratamento do fluxo procedimental e a metodologia utilizada no âmbito do MPTO em relação aos relatórios de inteligência financeira do Conselho de Controle de Atividades Financeiras – Coaf**, as quais serão encaminhadas à próxima gestão, para análise e providências. Na sequência, diante da requisição formalizada pelo Corregedor Nacional do Ministério Público, Rinaldo Reis Lima, nos termos da Portaria CNMP-CN nº 00087, de 04/12/2020, referendou-se à unanimidade a disposição, ao Conselho Nacional do Ministério Público, da **Promotora de Justiça Jacqueline Orofino da Silva Zago de Oliveira para atuar como membro auxiliar na Corregedoria Nacional do Ministério Público**, em regime de dedicação exclusiva, a partir de 14/12/2020. Logo após, a Presidente prestou esclarecimentos sobre propostas de alteração legislativa, de autoria do *Parquet*, que se encontram em trâmite na Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, a saber: 1) a proposta de instituição da **Licença-Prêmio** foi refutada de plano, sem qualquer possibilidade de aprovação pela Casa de Leis, sobretudo em razão da repercussão negativa em torno do tema; e 2) no tocante ao **Programa de Aposentadoria Incentivada – PAI**, a proposta já passou pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação e, agora, será submetida à Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle. Em seguida, a palavra foi concedida à Dra. Jacqueline Orofino da Silva Zago de Oliveira, Presidente em exercício da ATMP, que fez os seguintes registros: 1) em nome da classe, cumprimentou a Dra. Maria Cotinha Bezerra Pereira pela dedicação e profissionalismo com que exerceu suas funções à frente da Chefia da Instituição; 2) na qualidade de Coordenadora do Centro de Apoio Operacional do Consumidor, da Cidadania, dos Direitos Humanos e da Mulher – CAOCCID e do Núcleo Maria da Penha, informou que encaminhará relatório de atividades de sua gestão; 3) convidou a todos para participarem da posse da nova diretoria da ATMP, a realizar-se às 14h30min, do dia 11/12/2020, por videoconferência; 4) agradeceu a deferência com que foi tratada por todos os Membros do Colegiado enquanto esteve à frente da

associação de classe; e 5) se disse honrada pelos elogios recebidos e se comprometeu a desempenhar suas funções na Corregedoria Nacional do Ministério Público com a máxima dedicação, buscando elevar o nome do Ministério Público do Estado do Tocantins. Por fim, o Dr. José Maria da Silva Júnior, na condição de Coordenador da Força-Tarefa Ambiental e do Centro de Apoio Operacional de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente, apresentou, para conhecimento, o **balanço das ações realizadas em 2020 relacionadas ao controle de queimadas no Estado do Tocantins**. Nada mais havendo, a presente sessão foi encerrada às dezesseis horas e quinze minutos (16h15min), do que, para constar, eu, _____, Vera Nilva Álvares Rocha Lira, Secretária, lavrei a presente ata, que, após lida, aprovada e assinada, será encaminhada para publicação. A gravação da presente sessão pode ser acessada, na íntegra, no seguinte endereço eletrônico: www.youtube.com/c/CESAFMPTO.

Maria Cotinha Bezerra Pereira

Leila da Costa Vilela Magalhães

Vera Nilva Álvares Rocha Lira

João Rodrigues Filho

José Demóstenes de Abreu

Marco Antonio Alves Bezerra

José Maria da Silva Júnior

Jacqueline Borges Silva Tomaz

Ana Paula Reigota Ferreira Catini

Moacir Camargo de Oliveira

Marcos Luciano Bignotti